

# Ensino e pesquisa em arquivologia: cenários prospectivos



**Renato Pinto Venâncio  
Welder Antônio Silva  
Adalson Nascimento  
(organizadores)**



**V Reunião Brasileira de Ensino e  
Pesquisa em Arquivologia**

**Ensino e pesquisa em arquivologia:  
cenários prospectivos**

Renato Pinto Venâncio  
Welder Antônio Silva  
Adalson Nascimento

(organizadores)

## **FÓRUM NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA**

Coordenadores

Biênio 2016-2017: Welder Antônio Silva (UFMG)

Biênio 2018-2019: Thiago Henrique Bragato Barros (UFPA)

## **V REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA**

Evento realizado na Escola de Ciência da Informação da UFMG em Belo Horizonte, Minas Gerais, de 07 a 10 de novembro de 2017

### **COMISSÃO ORGANIZADORA – UFMG**

Coordenador: Welder Antônio Silva

Subcoordenadora: Cintia Aparecida Chagas Arreguy

Alessandro Ferreira Costa

Ivana Denise Parrela

José Francisco Guelfi Campos

Marta Eloísa Melgaço Neves

### **COMISSÃO CIENTÍFICA**

Presidente: Renato Pinto Venâncio (UFMG)

Vice-presidente: Adalson de Oliveira Nascimento (UFMG)

Ana Célia Rodrigues (UFF)

Daniel Flores (UFSM)

Eliezer Pires da Silva (UNIRIO)

Georgete Medleg Rodrigues (UnB)

Heloísa Liberalli Bellotto (USP)

José Maria Jardim (UNIRIO)

Lúcia Maria Velloso de Oliveira (FCRB)

Maria Celina Soares de Mello e Silva (MAST)

Renato Tarciso Barbosa de Sousa (UnB)

### **COMISSÃO AVALIADORA**

Diretor: Renato Pinto Venâncio (UFMG)

Adalson de Oliveira Nascimento (UFMG)

Ana Célia Rodrigues (UFF)

Andre Malverdes (UFES)

Anna Carla Almeida Mariz (UNIRIO)

Cintia Aparecida Chagas Arreguy (UFMG)

Clarissa Moreira dos Santos Schmidt (UFF)

Cynthia Roncaglio (UnB)

Daniel Flores (UFSM)

Eliane Braga de Oliveira (UnB)

Eliezer Pires da Silva (UNIRIO)

Georgete Medleg Rodrigues (UnB)

Glaucia Vieira Ramos Konrad (UFSM)

Heloísa Liberalli Bellotto (USP)  
Ivana Denise Parrela (UFMG)  
João Marcus Figueiredo Assis (UNIRIO)  
José Maria Jardim (UNIRIO)  
Julianne Teixeira e Silva (UFPB)  
Katia Isabelli de Bethania Barros e Melo (UnB)  
Lúcia Maria Velloso de Oliveira (FCRB)  
Luciana Quillet Heymann (CPDOC/FGV)  
Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano (UNESP)  
Maria Celina Soares de Mello e Silva (MAST)  
Maria Teresa Navarro de Britto Matos (UFBA)  
Moisés Rockembach (UFRGS)  
Natália Bolfarini Tognoli (UNESP)  
Renato Tarciso Barbosa de Sousa (UnB)  
Roberto Lopes dos Santos Junior (UFPA)  
Thiago Henrique Bragato Barros (UFPA)  
Ursula Blattmann (UFSC)  
Welder Antônio Silva (UFMG)

#### **COMISSÃO DE APOIO – TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DA UFMG**

Amanda dos Santos da Paixão  
Cláudia Márcia  
Christiano B. Santos  
Edgar Gonzaga  
Élida Pieri  
Eliedir Marcelina  
Gilma Pereira  
Guilherme Diniz  
Gustavo Miranda Ferreira  
Nely Ferreira  
Luiz Henrique Loureiro  
Viviany Braga

#### **MONITORES – ALUNOS/AS DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UFMG**

Gilmar Rodrigues Barreto  
Gisele Maria Arcanjo  
Graziele Cristina Rodrigues Silva  
Neide Araujo Oliveira Braga  
Suellen Alves de Melo  
Suzana Cristina de Oliveira da Cruz  
Yara Levy martins de Souza Sane

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida  
Vice-reitor: Alessandro Fernandes Moreira

ESCOLA DE CIÊNCIA INFORMAÇÃO  
Diretora: Terezinha de Fátima Carvalho de Souza  
Vice-diretora: Adriana Bogliolo Sirihal Duarte

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
Coordenadora: Maria Guiomar da Cunha Frota  
Subcoordenador: Fabrício José Nascimento da Silveira

CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA  
Coordenadora: Cintia Aparecida Chagas Arreguy  
Subcoordenadora: Mariana Batista do Nascimento

CAPA, DIAGRAMAÇÃO, ARTE E FINALIZAÇÃO DO E-BOOK  
Edinaldo Medina Batista

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-65609-09-8



R444	Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (5. : 2017: Belo Horizonte, MG)  Ensino e pesquisa em arquivologia [recurso eletrônico] : cenários prospectivos / Renato Pinto Venâncio; Welder Antônio Silva; Adalson Nascimento (Organizadores). – Dados eletrônicos. – Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, 2018. 728 p. : il. E-book.  Inclui referências. Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. ISBN: 978-85-65609-09-8  1. Arquivologia – Congressos. 2. Arquivologia – Ensino. 3. Arquivologia – Pesquisa. I. Venâncio, Renato Pinto. II. Silva, Welder Antônio. III. Nascimento, Adalson.  CDU: 651.5(063)
------	--

Ficha catalográfica: Biblioteca Profª Etelvina Lima, Escola de Ciência da Informação da UFMG.

#### DIREITO AUTORAL E DE REPRODUÇÃO

Direitos de autor © 2018 para artigos individuais dos autores. São permitidas cópias para fins privados e acadêmicos, desde que citada a fonte e autoria. A republicação deste material requer a permissão dos detentores dos direitos autorais. Os editores deste volume são responsáveis pela publicação e detentores dos direitos autorais.

Escola de Ciência da Informação da UFMG  
Av. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha  
Belo Horizonte – MG – 31.270-010  
[www.eci.ufmg.br](http://www.eci.ufmg.br)

## SUMÁRIO

**APRESENTAÇÃO..... p.10**

**MOÇÕES..... p.12**

### PLENÁRIAS

**1. A EXPERIÊNCIA DO MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS NA UNIRIO.....p.16**  
*Eliezer Pires da Silva, Mariana Lousada*

**2. CURSOS DE ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: RUMO À UMA HARMONIZAÇÃO CURRICULAR POSSÍVEL.....p.29**  
*Welder Antônio Silva, Cintia Aparecida Chagas Arreguy, Leandro Ribeiro Negreiros*

**3. PROSPECÇÃO DOS ARQUIVOS: FUTURO DA ARQUIVOLOGIA.....p.44**  
*Daniel Flores, Graziella Cé*

### COMUNICAÇÕES

#### I - EXPERIÊNCIAS CURRICULARES

**4. RELATOS DE EXPERIÊNCIA EM DISCIPLINAS RELACIONADAS À FUNDAMENTOS, AVALIAÇÃO E REPRESENTAÇÃO ARQUIVÍSTICAS.....p.63**  
*Evelin Melo Mintegui, Roberta Pinto Medeiros, Thiago Henrique Bragato Barros*

**5. REFORMA CURRICULAR DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UFES: RELATO DE EXPERIÊNCIA.....p.80**  
*Tânia Barbosa Salles Gava, Luciana Itida Ferrari, Margarete Farias de Moraes*

**6. DO ENSINO À PRÁTICA DA CLASSIFICAÇÃO NOS ARQUIVOS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....p.100**  
*Fernanda da Costa Monteiro, Fernanda de Souza Antunes*

**7. A DESCRIÇÃO NOS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA DO BRASIL: ASPECTOS TEÓRICOS, CONCEITUAIS E TERMINOLÓGICOS DE UMA FUNÇÃO ARQUIVÍSTICA.....p.114**

*Natália Bolfarini Tognoli, Laura Maria Rego Piva, Rafael Cacciolari Dalessandro*

## **II - GESTÃO DOCUMENTAL E ACESSO À INFORMAÇÃO**

**8. ROTEIRO DE APLICAÇÃO DA GESTÃO POR PROCESSOS NA GESTÃO DE DOCUMENTOS.....p.133**

*Fábio Barros Silva, Antônio Rodrigues Andrade*

**9. METODOLOGIA DA IDENTIFICAÇÃO APLICADA A CONSTRUÇÃO DE PLANO DE CLASSIFICAÇÃO PARA ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS.....p.152**

*Silvia Lhamas de Mello, Ana Célia Rodrigues*

**10. MANUAL DE IDENTIFICAÇÃO DE ATRIBUIÇÕES DE ÓRGÃO PRODUTOR: PARÂMETROS PARA IDENTIFICAÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DO ÓRGÃO PRODUTOR VISANDO A ELABORAÇÃO DE PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS.....p.171**

*Mariana Batista do Nascimento*

**11. GESTÃO DE DOCUMENTOS NO ÂMBITO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....p.188**

*Eduardo Luiz dos Santos, Ana Celeste Indolfo*

**12. A GESTÃO DE DOCUMENTOS NA SOCIOEDUCAÇÃO: O CASO DO NOVO DEGASE.....p.208**

*Jean Maciel Xavier, Eliezer Pires da Silva, Mariana Lousada*

**13. A ORGANIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS NO CONTEXTO DOS SERVIÇOS ASSISTENCIAIS E ADMINISTRATIVOS EXISTENTES EM ORGANISMOS PRODUTORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE.....p.229**

*Gillian Leandro de Queiroga Lima, Louise Anunciação Fonseca de Oliveira do Amaral, Hernane Borges de Barros Pereira, Francisco José Aragão Pedroza Cunha*

**14. A APLICABILIDADE DA METODOLOGIA DA IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA AOS ARQUIVOS CIENTÍFICOS DO NÚCLEO DE PESQUISA GECEM/UFRJ...p.244**  
*Jacilene Alves Brejo, Junia G.C. Guimarães e Silva*

**15. OPACIDADE E TRANSPARÊNCIA INFORMACIONAL: A VIGILÂNCIA COMO FERRAMENTA DE CONTROLE E ACESSO A DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS.....p.258**  
*Thayron Rodrigues Rangel, Rodolpho Guimarães Pereira, Brenda Couto de Brito Rocco*

### **III - LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS**

**16. POR UM MODELO SOCIETAL NA GESTÃO DAS POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS.....p.276**  
*Gleice Carlos Nogueira Rodrigues, Paulo Roberto Elian dos Santos*

**17. PROPOSTA PARA A POLÍTICA E O SISTEMA DE ARQUIVOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE.....p.293**  
*Igor José Garcez, José Maria Jardim*

**18. OS ARQUIVOS NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO: ESTUDO DE IDENTIFICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS PARA O ACESSO À INFORMAÇÃO.....p.314**  
*Ana Celia Rodrigues*

**19. O CONCEITO DE ARQUIVO E DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO EM ESTUDOS DE LEGISLAÇÃO ARQUIVÍSTICA.....p.326**  
*Margareth da Silva*

### **IV - PATRIMÔNIO DOCUMENTAL E AÇÃO EDUCATIVA**

**20. O DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO COMO PATRIMÔNIO EM CENTROS DE MEMÓRIA DO PODER JUDICIÁRIO FEDERAL BRASILEIRO.....p.346**  
*Rodrigo Costa Japiassu, Vitor Manoel Marques da Fonseca, Lídia Silva de Freitas*

**21. IMPACTOS DO ATOM NA DESCRIÇÃO E NO ACESSO AOS ACERVOS ARQUIVÍSTICOS DA CASA DE OSWALDO CRUZ.....p.363**

*Cleber Belmiro dos Santos, Eliezer Pires da Silva*

**22. ENTRE AS OBRAS E OS DOCUMENTOS: INTERSEÇÕES ENTRE OS SABERES ARQUIVÍSTICO E MUSEOLÓGICO NO TRATAMENTO DO ACERVO DO ARTISTA PLÁSTICO RUBENS GERCHMAN.....p.382**

*Thayane Vicente Vam de Berg*

**23. UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DIDÁTICA REALIZADA NO PROJETO DE EXTENSÃO “CAFÉ COM ARQUIVO: O DOCUMENTO EM DEBATE.....p.397**

*Fernanda da Costa Monteiro, Daniele Chaves Amado*

## **V - HISTÓRIA DOS ARQUIVOS E DA ARQUIVOLOGIA**

**24. HISTÓRIA DOS ARQUIVOS E DA ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: NOTAS SOBRE O ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA.....p.410**

*Maria Teresa Navarro de Britto Matos, Rita de Cássia Santana de Carvalho Rosado*

**25. ARQUIVOS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A TEMÁTICA ARQUIVÍSTICA NA REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO, 1938-1945.....p.430**

*Vitor Manoel Marques da Fonseca, Darlene Alves Bezerra*

## **VI - PERFIL E ATUAÇÃO PROFISSIONAL**

**26. UM ESTUDO SOBRE O PERFIL DOS ARQUIVISTAS NA FORÇA AÉREA BRASILEIRA: UM PANORAMA ENTRE OS ANOS DE 2007 E 2015.....p.451**

*Raquel Fernandes Tavares, Priscila Ribeiro Gomes*

**27. PERFIL E AUTO-IMAGEM PROFISSIONAL DOS ARQUIVISTAS DO RIO DE JANEIRO.....p.471**

*Wagner Ramos Ridolphi, Luiz Cleber Gak*

**28. A PESQUISA EM ARQUIVOS E ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: ANÁLISE DOS GRUPOS DE PESQUISA CERTIFICADOS PELO CNPq.....p.489**

*Angélica Alves da Cunha Marques, Cynthia Roncaglio, Natália Bolfarini Tognoli, Thiago Henrique Bragato Barros*

## **VII - INSTITUIÇÕES E SERVIÇOS ARQUIVÍSTICOS**

**29. REFLETINDO SOBRE AS INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS E A COMPLEXIDADE.....p.507**

*Brenda Couto de Brito Rocco, Bianca Couto de Brito*

**30. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE GUARDA EXTERNA DE DOCUMENTOS PROSPECTADOS NA PETROBRAS.....p.523**

*José Antonio Pereira Do Nascimento, Ana Celeste Indolfo*

**31. GOVERNANÇA DE SERVIÇOS ARQUIVÍSTICOS: POSSIBILIDADES E POTENCIALIDADES EM ORGANIZAÇÕES DE CARÁTER PRIVADO.....p.542**

*Alexandre de Souza Costa*

**32. CONSIDERAÇÕES SOBRE A RELEVÂNCIA DE INTEGRAR A PRESERVAÇÃO E A GESTÃO DE DOCUMENTOS NO COMANDO DA AERONÁUTICA.....p.556**

*Karina Veras Praxedes*

## **VIII - TIPOLOGIA DOCUMENTAL**

**33. DOCUMENTAÇÃO EM SAÚDE: EXPERIÊNCIA NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO POLYDORO ERNANI DE SÃO THIAGO.....p.576**

*Isabella Christina Gondim, Eliana Maria dos Santos Bahia*

**34. CARTA DE AMOR COMO PONTO DE ACESSO: RESULTADOS DE PESQUISA.....p.596**

*Camila Mattos da Costa, Lucia Maria Velloso de Oliveira*

**35. A TIPOLOGIA DOCUMENTAL DOS ÓRGÃOS DE REPRESSÃO NA DITADURA CIVIL MILITAR NOS ANOS 1970.....p.614**

*Rosale de Mattos Souza*

**36. APONTAMENTOS ACERCA DO DOCUMENTO TÉCNICO DE ENGENHARIA NO CAMPO TEÓRICO DOS ARQUIVOS.....p.633**

*Marilda Martins Coelho, Clarissa Moreira dos Santos Schmidt*

## **IX - ARQUIVOS, UNIVERSIDADES E MUSEUS**

**37. DOCUMENTOS DE ARQUIVO PRODUZIDOS PELAS ATIVIDADES DE PESQUISA: UMA ANÁLISE DOS CADERNOS DE LABORATÓRIO.....p.652**

*Paulo Roberto Elian dos Santos, Renata Silva Borges, Francisco dos Santos Lourenço*

**38. ARQUIVOS EM MUSEUS E ARQUIVOS DE MUSEUS: DOIS CONCEITOS PARA OS ARQUIVOS NOS MUSEUS.....p.671**

*Fabiana Costa Dias, João Marcus Figueiredo Assis*

**39. ARQUIVOS DE MUSEUS: UM PROGRAMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS PARA O MUSEU DO ÍNDIO.....p.690**

*Thais Tavares Martins, Ana Celeste Indolfo*

**40. ARQUIVOS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR: MANUTENÇÃO, GUARDA E ACESSO.....p.709**

*Zenóbio Santos Júnior, Luiz Cláudio Gomes Maia, Ana Maria Pereira Cardoso*

### 3 PROSPECÇÃO DOS ARQUIVOS: FUTURO DA ARQUIVOLOGIA

Daniel Flores

Graziella Cé

#### 1 INTRODUÇÃO

O senso comum tem a ideia de que arquivos constituem-se em depósitos intermináveis de documentos em suporte papel, concepção essa que advém do fato de que os documentos durante muito tempo tiveram como suporte apenas o papel. A história dos arquivos está muito ligada à história da sociedade, existindo desde as primeiras civilizações. Como exemplo disso, podemos lembrar que em Roma o direito e a importância da escrita imprimiram relevância à instituição arquivo. O Estado Moderno e a centralização do poder possibilitou a criação de grandes arquivos notariais com finalidade jurídica e/ou administrativa. Por sua vez, a Revolução Francesa trouxe a abertura dos arquivos, em que o cidadão tinha a possibilidade de consultar as informações administrativas, e além disso o arquivo tinha aspectos vinculados à identidade nacional. Logo após a Segunda Guerra Mundial a explosão documental trouxe a perspectiva de arquivos administrativos na iniciativa privada e pública.

A sociedade, o meio inserido, a cultura, a economia, entre outros fatores influenciam a formação e o pensar dos arquivos, pois segundo Terry Eastwood (1993, p.27 *apud* COOK, 2001) “é preciso entender o meio político, econômico, social e cultural de uma dada sociedade para compreender os seus arquivos”. Ainda constata que “as ideias tidas sobre os arquivos, em qualquer dado momento, certamente nada mais são do que um reflexo de correntes mais amplas na história intelectual”. Nesse sentido, o ambiente em que os arquivos estão inseridos influenciam na concepção, criação, manutenção e preservação dos mesmos.

Nesse âmbito, a tecnologia modificou o panorama dos arquivos, pois a perspectiva dos documentos digitais está dentro do escopo atual dos mesmos. Com a necessidade de inovação nas organizações houve uma busca de novas soluções, novos sistemas informatizados, e a produção de documentos nato digital e digitalizados surgiram como alternativa. Diante, dessa nova realidade muitas

discussões e reflexões foram pauta para inúmeras áreas do conhecimento a citar Tecnologia da Informação, Ciências da Informação e Arquivologia.

A Arquivologia precisou e precisa se adequar a esse novo mundo, em que os arquivistas devem conhecer novas terminologias, devem se apropriar e discutir com a área de TI, devem mostrar o seu papel e sua importância na produção, manutenção e preservação dos acervos documentais digitais. Se isso não acontecer que tipos de cenários prospectivos dos arquivos nos reserva o futuro? Como serão os arquivos digitais? Vão desaparecer ou vão se transformar? Se ocorrer de fato a transformação, como podemos hoje vislumbrar as possíveis mudanças?

## 2 CENÁRIO ATUAL DOS ARQUIVOS

A concepção de arquivos cujo acervo documental possui somente suporte analógico faz parte do cenário passado dos afazeres e das pesquisas dos arquivistas, pois o documento digital é atualmente utilizado nas organizações em todas as suas instâncias. No entanto, a situação é crítica, visto que ainda temos massas documentais acumuladas em arquivos e ainda nos deparamos nas instituições com projetos de digitalização, com a implantação de sistemas que visam a produção de documentos nato digitais, sistemas de assentamentos funcional digital, governança digital, etc.

Nesse contexto, os arquivistas precisam ser multidisciplinares, ou seja, necessitam trabalhar com documentos analógicos e digitais, transitar entre essas duas nuances de forma interativa, competente e dinâmica, tendo conhecimento e entendimento sobre ambas.

A tecnologia trouxe mudanças significativas no âmbito da Arquivologia dentre elas a separação de documento e suporte. Segundo MacNeil et al. (2005 *apud* LACOMBE; RONDINELLI, 2016) suporte e mensagem não estão mais inextricavelmente unidos e o que está afixado no suporte é uma cadeia de bits. A escolha do suporte pelo produtor não traz consigo nenhum significado em particular. Nesse âmbito LACOMBE; RONDINELLI (2016) destacam que não existe implicação no conceito de documento digital, apenas reconhecimento da diplomática da especificidade do documento digital.

A diplomática reconhece a especificidade do documento gerado em ambiente computacional e muda a condição de elemento intrínseco do documento, própria do suporte papel, passando a inseri-lo no contexto tecnológico dos documentos digitais, mais especificamente como hardware (LACOMBE; RONDINELLI, 2016, p.63).

Essas estudiosas trazem uma reflexão importante a respeito do documento original e cópia baseado na perspectiva da diplomática, sob a ótica dos sistemas informatizados e dos documentos produzidos em ambiente computacional. Lacombe; Rondinelli (2016, p.64) afirma que para “ser original um documento tem que ser, ao mesmo tempo, o primeiro, estar completo e efetivar a ação para a qual foi produzido”, pois segundo MacNeil (2000, *apud* LACOMBE; RONDINELLI, 2016) com base na diplomática, um documento original “é o primeiro documento completo e efetivo”.

A produção atual de documentos digitais faz parte da realidade das instituições públicas ou privadas. No entanto, em contraposição ao documento analógico o documento arquivístico digital é complexo e possui muitas singularidades, o que exige alguns elementos pontuais na sua criação, gestão e preservação. Possuindo especificidade no que tange ao suporte, software, formato e metadados. Ainda, requerem forma fixa e conteúdo estável e devem ser mantidos em Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD).

Forma fixa segundo a Diretriz do produtor Arquivo Nacional (2013, p.5) “é a qualidade de um documento arquivístico que assegura a mesma aparência ou apresentação documental cada vez que o documento é recuperado”. O conteúdo estável segundo essa mesma norma Arquivo Nacional (2013, p.5) “é a característica de um documento arquivístico que torna a informação e os dados nele contidos imutáveis e exige que eventuais mudanças sejam feitas por meio do acréscimo de atualizações ou da produção de uma nova versão”.

Forma fixa, por exemplo, é um ofício em que a data, o nome do interessado, o número único de protocolo e/ou qualquer informação deve ser fixada em seu respectivo lugar, sem mudar de apresentação quando acessado novamente. Já o conteúdo estável, envolve documentos que recuperam dados de uma tabela de Banco de Dados, por exemplo, um aluno do curso de Matemática que cursou apenas disciplinas de matemática, e de forma ocasional aparece no seu histórico um código de disciplina da matemática, mas com o nome de uma disciplina que o acadêmico não cursou. Isso representa conteúdo estável ferido.

Os elementos como forma fixa, conteúdo estável, SIGAD garantem a produção, manutenção e preservação de documentos autênticos. Todavia no Brasil não se observam esses cuidados no momento de pensar os sistemas informatizados. Segundo o site Observatório de Documentos Digitais (2017) a maioria dos sistemas informatizados utilizados, a citar o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), não abrangem todos os elementos necessários à presunção de autenticidade dos documentos, criando-se uma verdadeira “extinção” da autenticidade dos documentos arquivísticos digitais.

Nesse contexto, a reflexão sobre autenticidade permite o pensar sobre a custódia e preservação dos documentos hoje, questionando se a mesma está com os setores de Arquivo e se existe uma Custódia Arquivística. A produção de documentos nato digitais e os seus requisitos estão em conformidade com o e-ARQ Brasil?

A custódia tem relação com a posse, com a responsabilidade. O princípio da Cadeia de Custódia ininterrupta delimita que ao longo do ciclo de vida dos documentos os registros devem ficar sob custódia de partes conhecidas e confiáveis para mantê-los intactos. Essa custódia faz parte tanto da propriedade legal quanto a propriedade física dos registros. BASTIAN (2001) afirma que Hilary Jenkinson baseou a santidade de evidência sobre a capacidade de provar a custódia contínua.

Segundo Lacombe; Rondinelli (2016) o projeto InterPARES delimitou duas maneiras de se proceder à autenticação de um documento digital: dependente de tecnologia ou independente de tecnologia.

Ainda segundo Lacombe; Rondinelli (2016, p.69)

Uma autenticação independente de tecnologia é uma presunção de autenticidade que é feita com base na análise da forma e do conteúdo dos documentos e do ambiente em que foram produzidos e mantidos. Outro elemento importante dessa autenticação é a confirmação da existência de uma cadeia de custódia ininterrupta dos documentos, desde o momento da sua produção até a transferência para o Arquivo responsável pela sua preservação. Uma quebra nessa cadeia de custódia pode significar a perda de controle sobre os documentos e, conseqüentemente, torná-los vulneráveis à adulteração.

A opção dependente da tecnologia conforme Lacombe; Rondinelli (2016, p.70) refere-se a um “mecanismo tecnológico” que declara a autenticidade de um documento em um dado momento, como acontece com o uso da certificação digital

e assinatura digital”. Essa opção apresenta problemas a longo prazo, pois no momento da migração de suporte, transmissão de documentos entre sistemas e outras mudanças tecnológica, pode-se perder informações importantes a confiabilidade do documento.

A escolha de uma autenticação independente da tecnologia a longo prazo pode garantir resultados mais eficazes na presunção de autenticidade dos documentos, visto que está pautado na análise e verificação da Cadeia de Custódia e o sistemas que produzem, armazenam e preservam os documentos digitais.

A Cadeia de Preservação representa os elementos de produção, avaliação, tramitação, destinação, preservação de documentos a longo prazo e difusão. Segundo Voutssás (2011) o InterPARES propôs um modelo de aproximação a preservação digital denominado “Cadena de Preservación” — *Chain of Preservation* — ou simplesmente “COP”. Para esse mesmo autor

Este modelo establece que los documentos de archivo digitales deben ser cuidadosamente manejados a lo largo de toda su existencia para asegurar que sean accesibles y legibles a lo largo del tiempo dejando su forma, contenido y relaciones intactas hasta el punto necesario para lograr su continua confianza como documentos de archivo. El manejo de los documentos de archivo digitales debe emanar de un entendimiento integral de todas las fases o etapas de la existencia de los documentos de archivo, desde el momento en que son generados, a través de su conservación por parte de su creador, durante la evaluación, disposición y preservación a largo plazo como comprobantes auténticos de las acciones y asuntos de los cuales son parte. Desde la perspectiva de la preservación a largo plazo, todas las actividades tendientes a administrar documentos de archivo a lo largo de su existencia están interrelacionadas, como en una cadena, y son interdependientes entre sí. Si un eslabón de esa cadena llega a fallar, la cadena no puede cumplir su cometido. Si ciertas actividades y acciones no son realizadas sobre esos documentos de archivo, su confianza —esto es, su fiabilidad, autenticidad o exactitud— se vuelve cuestionable (VOUTSSÁS, 2011,p.23-24).

Tanto a Cadeia de Custódia e a Cadeia de Preservação devem ser consideradas na criação e na gestão dos sistemas de informação por parte dos profissionais da tecnologia da informação, pois qualquer ruptura nas mesmas ocasiona a perda de autenticidade dos documentos arquivísticos digitais.

A estrutura tecnológica hoje por meio dos SIGADS, Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq), software de difusão, ainda não está consolidada nos modelos de gestão da administração brasileira, inclusive a falta de contemplação

dos requisitos do e-ARQ Brasil é observada com certa normalidade pelos gestores, inclusive arquivistas. Destaca-se que o RDC-Arq não é apenas uma solução informatizada para armazenamento (storage), mas sim um repositório digital de documentos arquivísticos que tem a função de armazenar e gerenciar os documentos em suas fases, contemplando os metadados conforme as práticas e normas da Arquivologia e resguardando as características dos já citados documentos em relação a autenticidade (identidade e integridade) e a relação orgânica entre os conjuntos documentais.

O SEI e outros sistemas de gestão de documentos não preveem o arquivamento/recolhimento de documentos digitais, desconsiderando, assim, o processo básico de gestão documental, de pesquisa, de acesso e difusão documental ao pesquisador, ferindo a Lei 8.159 de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

O cenário acadêmico na Arquivologia incluindo ensino, pesquisa e extensão apresentam poucas disciplinas e teorias sobre documentos digitais, e como trabalhar com os mesmos, considerando suas especificidades. Quando os acadêmicos se tornam profissionais e precisam enfrentar o mercado de trabalho muitas vezes não respondem com eficácia e eficiência a essas novas exigências, pois também não foram preparados para essas demandas.

Quando os sistemas não estão de acordo com as normativas, quando as instituições não consideram, não respeitam ou até mesmo ferem os princípios arquivísticos, existem manifestações tanto dos cursos quanto dos profissionais já egressos questionando os processos existentes?

Essa situação atual dos arquivos e da Arquivologia permite ainda outros questionamentos quanto a utilização das normas, pois nos Estados Unidos da América utilizam o DoD 5015 e a União Europeia considera o MOREQ. Por que no Brasil não consideramos normas e procedimentos basilares da Arquivologia? O que nos leva a estes comportamentos com o Patrimônio Documental Arquivístico Brasileiro?

O acesso aos documentos arquivísticos digitais garante o direito dos cidadãos, gestores, servidores e não menos importante dos pesquisadores. Lacombe; Rondinelli (2016, p.69) destacam que “Um dos grandes desafios para o arquivista, na era digital, é manter o documento autêntico ao longo do tempo, ou

seja, garantir que o documento, que está no arquivo, seja exatamente aquele que foi produzido”. Diante dessas perspectivas e análise atual dos arquivos no próximo capítulo será prospectada a situação futura dos acervos documentais.

### 3 PROSPECÇÃO FUTURA DOS ARQUIVOS

O cenário prospectivo faz menção ao futuro, segundo DAHIS (2008) cenários prospectivos constituem-se em configurações de imagens de futuro condicionados e fundamentados em possibilidades sobre os prováveis comportamentos das variáveis determinantes do objeto de planejamento. Segundo esse mesmo autor (2008, p.1) “cenário é o conjunto formado pela descrição coerente de uma situação futura e pelo encaminhamento dos acontecimentos que permitem passar da situação de origem a situação futura”.

Para MILES, KEENAN E KAIVO-OJA (2002) o trabalho de prospecção visa a interligar várias forças, tendências e fatores condicionantes, para visualizar futuros alternativos. MILES; KEENAN (2003) apontam que um desenvolvimento recente é a utilização dos cenários de sucesso e de oficinas, em que os participantes vislumbram uma visão compartilhada de um futuro desejável, identificando as formas para que o mesmo possa ser alcançado.

A prospecção possibilita a previsão de decisões condizentes com o planejamento, assim como intervenção em algum aspecto tornando as decisões mais adequadas. Isso se consegue por meio de técnicas e métodos de prospecção.

No que tange a Arquivologia segundo MARTÍN-POZUELO; MORO-CABERO; SANZ-BAENA (2011) el Observatorio de Prospectiva Archivística y Sociedad (en adelante OPAS) tem estudado sobre o futuro dessa área do conhecimento, buscando concluir o estudo com um desenho do cenário futuro. Ainda para Martín-Pozuelo; Moro-Cabero; Sanz-Baena (2011, p.136) “La investigación sobre el futuro es siempre un difícil examen de incertidumbres”.

Segundo Reis; Vincenzi; Pupo (2016, p.137) “o objetivo das técnicas de prospecção é criar, explorar e testar os futuros possíveis e desejáveis para melhorar as decisões, incluindo a análise de como essas condições podem mudar a partir da implementação de políticas e ações”.

O tipo de análise pode ser objetiva, subjetiva ou técnica nominal de grupo. Para DAHIS (2008) o método subjetivo tem como pressuposto criar imagens

positivas, ideais sobre o futuro, utilizando, por exemplo, uma dramatização, desenvolvendo uma hipotética sequência de eventos, construída com o objetivo de focalizar as causas e efeitos relevantes. O método objetivo método de Brainstorm visa a explosão de ideias sobre uma temática. Ainda, a técnica nominal de grupo conforme DAHIS (2008) analisa um problema por um grupo com experiência no tema, a avaliação e apresentação ocorre sob a forma de um quadro de Pertinência, Probabilidade e Auto-avaliação.

Para esse artigo foi utilizada a análise subjetiva e técnica nominal em grupo pela experiência no grupo CNPq UFSM Ged/A, especializado no estudo aprofundado de documentos digitais. O método subjetivo permite o desenvolvimento de uma sequência de eventos, focalizando nas causas e efeitos da análise de um momento específico para transição para um novo momento.

A geração de cenários é também, em grande parte, uma técnica qualitativa. Conforme GLENN (2003) cenários devem ser julgados pela capacidade de ajudar os decisores a elaborar políticas agora, em vez de apontar se no futuro estarão certos ou errados.

### **3.1 Situação Futura nos Arquivos: Possíveis Cenários**

Para a análise de possíveis cenários é preciso entender a situação de origem. No caso dos arquivos, conforme descrito no capítulo 2, está vinculado ao contexto de produção de documentos em suporte analógico. E com os documentos arquivísticos digitais algumas modificações aconteceram, ocasionando uma ruptura de paradigma.

MORAES (1997) descreve ruptura como rompimento, suspensão ou corte, com uma cisão na forma de compreensão das coisas. Essa ruptura ocorre a partir da existência de um conjunto de problemas cujas soluções, segundo essa mesma autora, já não se encontram no horizonte de determinado campo teórico, originando anomalias ameaçadoras na construção científica. Sob esse ponto de vista, os assuntos precisam ser repensados por meio de novos debates, construções e reconstruções sob a ótica de novos fundamentos, conceitos e definições.

A mudança de paradigma tem relação com a mudança de perspectiva. Segundo MORAES (1997) desde o final do século XX vive-se uma transição paradigmática vinculada a uma revisão de mundo, da sociedade e do homem, visto

que a sociedade está inserida em um mundo dinâmico, criativo e plural. Nesse novo mundo, MORAES (1997) destaca que a educação tem um papel transformado por meio dos processos de debates e reflexões. Dessa forma, o ensino precisa estar de acordo com essa visão de mundo sistêmica e complexa do universo.

No mundo da Arquivologia, a ideia dos arquivos dispostos em estantes e caixa está em desconstrução, visto que os setores de arquivos permanentes e as instituições arquivísticas terão que assumir um protagonismo ativo, pois os documentos natos digitais não virão em caixa-arquivo, os mesmos estarão em sistemas de informação e RDC-Arq.

As instituições deverão pensar em formas de disponibilizar informações aos cidadãos e pesquisadores e elaborar políticas arquivísticas que atinjam a instituição como um todo, incluindo aspectos antecedentes à produção documental. É importante frisar ainda que os programas de gestão arquivística de documentos devem ser prioridade nas organizações.

Será que no futuro no Brasil teremos um panorama como a Política australiana de Continuidade Digital 2020 por meio da integração dos princípios e das práticas das informações governamentais, conforme mostra figura 1 e figura 2:

The screenshot displays the National Archives of Australia website. The header includes the Australian Government logo and the National Archives of Australia logo with the tagline "Your story, our history". A search bar is visible with the text "Explore: Search the collection" and "Search the website". The main navigation menu includes "Home", "The collection", "Information management", "Engage", and "About us". The breadcrumb trail reads "Home > Information management > Digital Continuity 2020 > Digital Continuity 2020 Policy".

The main content area is titled "Digital Continuity 2020 Policy". It features a "Contents" section with links to "Purpose", "Authority", "Policy statement", "Accountability framework", and "Guidance and support". Below this is a "Purpose" section with a paragraph explaining the policy's role in supporting digital transformation and a bulleted list of objectives: "optimise the delivery of government programs and services", "enable information reuse for economic and social benefits, and", and "protect the rights and entitlements of Australians".

A sidebar on the left contains a navigation menu with items such as "Getting started", "Digital Continuity 2020", "Digital Continuity 2020 Policy", "1. Information is valued", "2. Information is managed digitally", "3. Information is interoperable", "Agency implementation targets and pathways", "Awards for Digital Excellence", "Digital Transition Policy", "Information Management Standard", and "Information governance".

Fonte: National Archives of Australia.

#	Recommended action	Target date
6	Agencies work digitally, with business interactions, decisions and authorisations recorded digitally	31 December 2020
7	Information in analogue formats is migrated to digital format, where there is value for business	31 December 2020

Fonte: National Archives of Australia.

Outra medida nesse sentido foi adotada pela The National Archives and Records Administration (NARA) que tem o objetivo de não aceitar documentos não digitais das suas agências até final de 2022. Sendo que os documentos a serem enviados pelos órgãos precisam estar em formato digital com metadados apropriados, conforme figura 3. Será que teremos no Brasil políticas semelhantes a esses dois casos?

The screenshot shows a web browser displaying an article from FCW (Federal Computer Week). The URL is <https://fcw.com/articles/2017/08/24/nara-paperless-future-mazmanian.aspx>. The article is titled "National Archives tilts toward paperless future" and is categorized under "Records Management". It is written by Adam Mazmanian and dated August 24, 2017. The article text states: "The National Archives and Records Administration plans to stop accepting non-electronic records submissions from agencies by the end of 2022." and "The records agency is already in the midst of an effort to corral federal agencies into embracing the electronic age. At the end of 2016, agencies were required to maintain emails that count as temporary or permanent federal records in electronic format, and by the end of 2019 that policy will extend to all". An image of the National Archives building is shown on the right side of the article.

Fonte: National Archives and records administration.

Muitas reflexões e olhares diferentes nos levam a acreditar que esse seria um cenário provável, visto que já se observam algumas medidas como a Governança digital que abarca a Administração Pública Federal. Lacombe; Rondinelli (2016) questionam o que a tecnologia digital trouxe para Arquivologia. Elas destacam a revisitação do campo teórico-metodológico, como disposto abaixo.

Trouxe um processo de revisitação do seu corpo teórico-metodológico e de suas práticas bastante vigoroso. Afinal, o objeto da arquivologia, qual seja o documento arquivístico, passa a se apresentar de uma forma totalmente diferente do que se conhecia até então. Os signos alfabético, numérico, pictográfico, antes diretamente registrados no suporte papel, passam a ser representados por bits, inscritos em suportes magnéticos e óticos que precisam ser decodificados por meio de programas computacionais e manifestados em tela para que se tornem compreensíveis aos olhos humanos. Os novos suportes trazem uma peculiaridade: já não mantêm uma relação inextricável com o documento. Ao contrário, são perfeitamente separáveis. Assim, torna-se possível transportar os documentos em mídias soltas como CD, DVD e pendrive, e, ao mesmo tempo, mantê-los na máquina de origem (LACOMBE; RONDINELLI, 2016, p.71).

Essa concepção permeia inúmeros estudos que tem como temática a geração de documentos, gerenciamento e preservação através da reafirmação e reinvenção da teoria e prática frente a tecnologia digital. No estudo do observatório em prospecção arquivística e sociedade foram identificados fatores críticos em ordem de prioridade no que tange ao futuro dos arquivos conforme dispõe MARTÍN-POZUELO; MORO-CABERO; SANZ-BAENA (2011) a citar: geração de novos documentos; constituição da memória: documentos a conservar; multiplicidade de utilidades dos arquivos; invisibilidade dos arquivos em referência à própria instituição; volume da documentação; desenvolvimento de ferramentas específicas de gestão; adequação de recursos pessoais e financeiros; o desejo e necessidade de informação dos usuários; financiamento público e privado; adaptação das necessidades informativas da sociedade; profissionalização dos responsáveis; adaptação e capacidade de atualização a novas funções; adaptação dos planos e estratégias de desenvolvimento; as novas tecnologias e a sociedade da informação; os arquivos como sujeitos ativos susceptíveis de criar cultura; insistir sobre a ideia de que os arquivos descobrem o passado, porém também fazem possível a gestão do presente; definição do entorno do trabalho; pressupostos suficientes; definição de objetivos claros e realistas; formação completa em matéria documental; colaboração

interdisciplinar; continuidade e segurança da permanência do pessoal e de equipes de trabalho; trabalho em equipe coordenada e equilibrada; difusão global em torno da web; aplicação estandardizada de novas tecnologias de gestão e difusão; estandardização de normas básicas aplicável em todos os aspectos de gestão.

Ainda segundo resultados do referido estudo

Se ha demostrado que el empleo de la técnica prospectiva basada en el consenso es eficaz en la identificación y priorización de un conjunto de factores clave para la anticipación del futuro de las variables observadas: ciencia archivística, archivos, profesional, tecnología y perspectiva social (MARTÍN-POZUELO; MORO-CABERO; SANZ-BAENA, 2011, p.140).

Essa pesquisa elenca 70 fatores que foram identificados como prioridade, com destaque para os que serão citados abaixo.

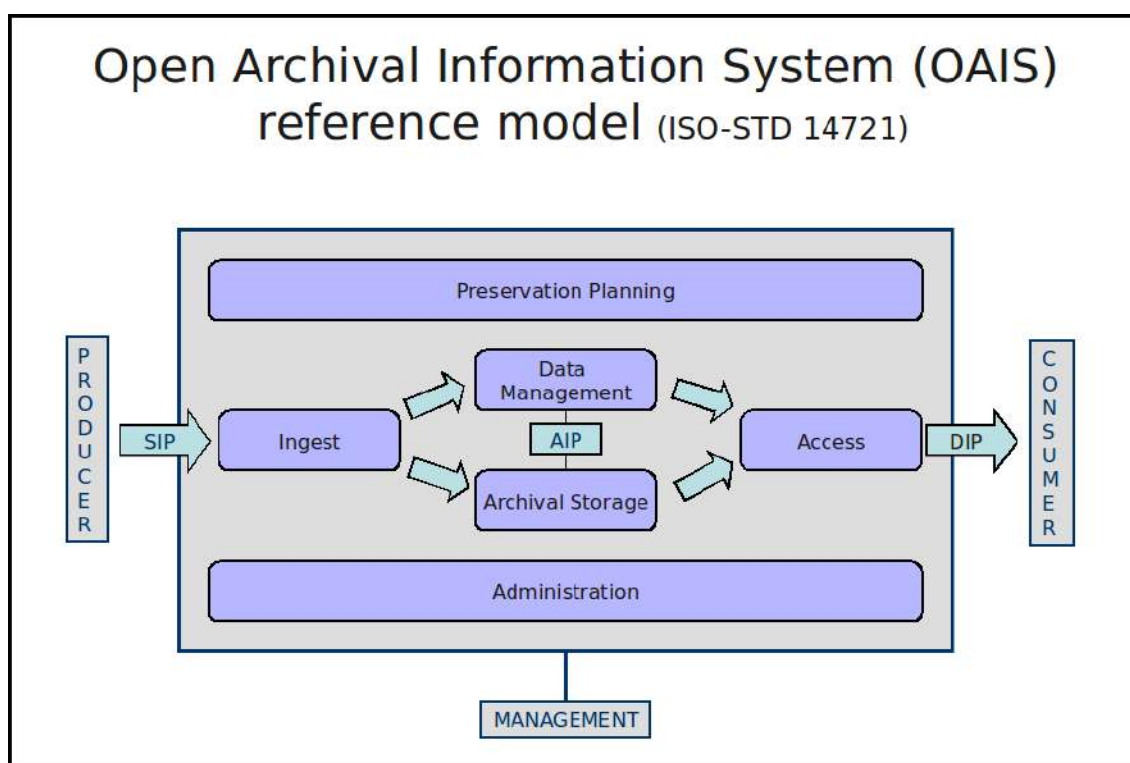
De los 70 factores identificados destacan: la necesidad de una formación especializada; la necesidad de gestionar y conservar los objetos (los documentos, electrónicos y convencionales) para su disposición en la organización y como memoria patrimonial; la necesidad de materializar la utilidad del archivo como servicio a la sociedad y garante de un buen gobierno. La necesidad de cambiar la imagen y reconocimiento e la profesión y del archivo (MARTÍN-POZUELO; MORO-CABERO; SANZ-BAENA, 2011, p.141).

Observando os cenários dos próximos anos algumas prospecções futuras são lançadas. Os sistemas/processos de negócios isolados serão objetos de tratamento arquivístico no momento da produção de documentos? Se os sistemas produzem documentos arquivísticos devem estar interoperados ao SIGAD, por meio dos pacotes OAIS SIP. Devem receber os requisitos arquivísticos para a gestão de documentos para se transformar em um SIGAD de negócio. Nesse sentido, a participação do arquivista deve ser efetiva e pró-ativa, indicando os requisitos e construindo os SIGADS de negócio em conjunto com os profissionais da tecnologia da informação. O arquivista, pode ainda, prestar consultoria nas mais diversas organizações.

O cenário com o SIGAD isolado, sem interconexão via interoperabilidade com o Sistema de Negócio através do pacote OAIS/SIP ou outra forma que mantenha a Cadeia de Custódia e Preservação (folha de pagamento, sistema de afastamento, controle de matrícula, etc) não será parte do futuro, caso se pretenda ter

documentos autênticos e fidedignos. Essa interoperabilidade deve permitir o arquivamento dos documentos no RDC-Arq, visando sua preservação.

Em termos de preservação no futuro teremos uma visão mais sistêmica em que a preservação será orientada pelo modelos da Cadeia de Custódia e Cadeia de Preservação, pois preservar documentos em banco de dados constitui-se em um equívoco, devendo ser feita em pacotes. Na preservação sistêmica devemos adotar a camada do administrador de Storage Service atribuída ao Administrador da TI e contemplar o modelo OAIS, ISO 14.721 ou NBR 15.472, além da Resolução 43/2015 do CONARQ, conforme figura 4.



Fonte: Oais Reference Model.

Quanto ao arquivo permanente teremos um RDC-Arq cumprindo essa função, visto que os documentos digitais permanentes devem ser mantidos e preservados nesse repositório de forma a apoiar o tratamento técnico adequado, incluindo arranjo, descrição e acesso para assegurar a manutenção da autenticidade e da relação orgânica desses documentos.

O recolhimento no arquivo permanente acontecerá por pacote OAIS SIP, pacote de ingestão. As consultas serão pelas derivadas de acesso conforme regras do Plano de Preservação digital do Recurso do Arquivo Nacional do Reino Unido

(PRONOM<sup>1</sup>) que oferece informações de formatos, software, produtos e outros componentes técnicos requeridos para que possa suportar o acesso a longo prazo de documentos digitais. O pesquisador apresentará um Código Identificador Universal Persistente (UUID) ou um Código Hash Blockchain ao arquivo permanente para ter acesso ao original armazenado em um pacote OAIS AIP no RDC-Arq. Já a opção de acesso se dá através de um pacote de disseminação DIP em um software, por exemplo, o AtoM, é mais uma ferramenta para o pesquisador.

O historiador/pesquisador deverá checar a autenticidade das fontes primárias digitais, através do UUID. Com isso o mesmo pode ir ao RDC-Arq (Archivematica) e ter acesso ao AIP, as matrizes digitais, aos metadados de gestão (e-Arq Brasil, etc).

Um magistrado ao ordenar um pedido de exibição de documentos de uma determinada instituição, não vai ou não deveria mais aceitar que essa instituição meramente exportasse essa relação de documentos e salvasse em uma mídia externa, assim quebrando a Cadeia de Custódia e ferindo a presunção de autenticidade. A nova metodologia seria que a instituição emitiria um Pacote OAIS DIP ou AIP (de disseminação e acesso ou de arquivamento) para o solicitante, com critérios, com os filtros necessários e o próprio RDC-Arq iria autenticá-lo assinando e garantindo assim a autoria e a manutenção de sua Cadeia de Custódia auditada e certificada pela ISO 16363 e conforme o Modelo de Arquivamento OAIS ISO 14721.

Como já disposto, no futuro, o documento arquivístico digital não irá para a web, o que inclui os metadados de gestão (e-ARQ Brasil), ficando no RDC-Arq, no pacote OAIS AIP. Na web ficarão as derivadas de acesso e os metadados de representação ISAD(G), NOBRADE dentro de um pacote OAIS DIP (de disseminação, acesso e transparência ativa).

A Plataforma Arquivística de Acesso e Difusão, no futuro, terão requisitos como: autenticar os documentos através da referência ao repositório; possuir navegação multinível; manter a relação orgânica; aceitar diversos formatos de arquivo para uso; suportar metadados arquivísticos (ISAD(G), NOBRADE, ISAAR, ISDIAH, ISDF, ETC); implementar o modelo OAIS, ISO 14.721 ou NBR 15.472; permitir re-população de seus documentos arquivísticos e metadados em caso de invasão, monitorado pelo RDC-Arq; ser compatível com outros metadados, mesmo

---

<sup>1</sup> <http://www.nationalarchives.gov.uk/PRONOM/Default.aspx>

que não arquivísticos, mas que sirvam de interoperabilidade para modelos conceituais como o Dublin Core, RAD, MODS, etc.

Assim, não deveríamos mais pensar em dar acesso a documentos arquivísticos, em Websites sem estas funcionalidades, ou mídias externas USB ou óticas, HDs, CMS's, Bancos de Dados, sem uma Cadeia de Preservação e de Custódia, mas sim em Plataformas Arquivísticas de Descrição, Acesso, Difusão e Transparência Ativa de Informações e Documentos: AtoM (ICA-AtoM, ContentDM, ArchivesSpace, ArchivistToolkit, etc), ou qualquer outra plataforma, já que o que importa agora são os referenciais arquivísticos, as normas, os padrões. O AtoM, Software Livre, pode desaparecer, assim como o Archivematica, mas não estamos falando do software, da marca, estamos falando de conceitos arquivísticos, Ambiente Digital de Gestão de Documentos - SIGAD e Ambiente Digital de Preservação e Acesso - RDC-Arq com as suas respectivas plataformas e ferramentas como referenciais Arquivísticos.

## 5 CONCLUSÃO

A tecnologia, as redes de comunicação e os documentos arquivísticos digitais causaram grande impacto no mundo arquivístico. Dessa forma, os cenários prospectivos antecipam um futuro provável. Mas será que os arquivos vão se adequar a estes cenários? Ou seremos uma área que não se atualizará e em consequência disso outros profissionais ou quem sabe novos profissionais terão que desempenhar este papel do arquivista ligado ao documento digital? A preocupação é procedente quando presenciamos alguns déficits da formação ou da atualização do profissional frente a estas novas exigências da sociedade e do mercado.

Esse futuro exigirá dos cursos de graduação em Arquivologia e dos profissionais, novas capacitações e novos conhecimentos com a perspectiva de cenário prospectivo de 5, 10, 15 e 20 anos. Esses cenários possibilitam antecipar prováveis fatos e se preparar adequadamente para o futuro vindouro. A pesquisa, o ensino e a extensão devem trabalhar e desenvolver metodologias que contemplem essa temática.

Conhecer as áreas e as metodologias de trabalho é uma necessidade. Assim, quando um profissional de TI fosse desenvolver um sistema informatizado para documentos arquivísticos já deveria ter conhecimento do e-ARQ Brasil,

contemplando os seus requisitos. Todavia, isso não acontece na prática, e alguns ainda, criam sistemas que não dão garantias aos documentos armazenados, que tenham autenticidade e sirvam de prova e testemunho de atividades da organização, das pessoas e da sociedade. Ainda, existe um preconceito quanto ao perfil do arquivista como um profissional que tem expertise exclusivamente para os documentos analógicos, zona de conforto, e pela sua falta de atualização acaba por sucumbir à pressão institucional e à comodidade de contemplar exclusivamente os suportes analógicos.

As políticas institucionais, a implantação do RDC-Arq e a custódia dos documentos arquivísticos digitais devem ficar sob a responsabilidade dos setores de arquivo, que tem expertise, competência e mandato institucional e social garantido pela Lei nº 6546/78 para tal. Os arquivistas devem ser atores desse futuro, conscientizando os gestores da necessidade de elaboração de políticas de gestão de documentos e de preservação digital e, dessa forma, evitar equívocos como o Projeto de Lei (PL) 7.920 em tramitação na Câmara dos Deputados (PLS 143 no Senado Federal), o SEI para a produção e manutenção de documentos nato digitais, a Portaria MEC nº 22 / 2017, ou a aplicação de estratégias de preservação digital desconexas de uma visão de Preservação Digital focada em Modelos e Padrões, etc.

Nestes cenários prospectivos futuros possíveis, é claro, planejamos possibilidades como perdas irreparáveis de documentos e informações, de um anunciado Alzheimer Digital, seja pelo volume atual de produção de documentos, seja pela pressão das Gestões ou do Governo por produzir Nato Digitais e eliminar os documentos em papéis, mas o mais importante que queremos trazer a tona nestes cenários é que temos um referencial sólido da Preservação Digital que nos dá garantias hoje de preservarmos para sempre um documento, ou seja, permanentemente, desde que sejam obedecidos os referenciais Arquivísticos, com a Preservação orientada a Normas e Modelos, mas a prática hoje não é isso que vemos. Não vemos instituições na maioria, aplicando a ISO 14.721, Norma para Preservação Digital e Arquivamento, assim como a auditoria e certificação de Repositórios Arquivísticos usando a ISO 16363.

Considerando que a preservação digital é com toda certeza mais cara que a preservação de acervos documentais analógicos, precisamos analisar o que efetivamente deve ser preservado e o que deve ser digitalizado, já que uma

Digitalização Arquivística Autenticada deverá ser feita utilizando-se dos mesmos referenciais da Preservação Digital Sistêmica, então, preservando as cópias autoritárias da digitalização em Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis, empacotando os objetos digitais e seus metadados em Pacotes OAIS SIP que vão gerar no RDC-Arq Pacotes OAIS AIP.

O Modelo OAIS é hoje, e mesmo nos cenários prospectivos curtos, a norma mais importante e necessária para uma Preservação Digital sistêmica e com garantia de acesso a longo prazo, e mais, de garantia de preservação permanente, além de que, ademais de já existirem soluções em Software Livre (e as consultorias de TI terão que se adequar ao novo modelo, que é necessário na Arquivologia e na Preservação Digital), existem também soluções comerciais proprietárias disponíveis.

Há ainda que se registrar que estes padrões, normas e requisitos se aplicam também em outras áreas que não só a Arquivologia, desta forma, falamos de adoção de padrões como o Modelo OAIS para a interoperabilidade entre bibliotecas digitais, arquivos, museus, centros de documentação, instituições que necessitam preservar documentos digitais e outras instituições, assim como para a efetiva redução de custos, já que a adoção correta destes referenciais tem impacto direto nos custos de preservação digital não sistêmica e não orientada à modelos e requisitos.

Enfim, é um trabalho árduo, o exercício realizado de investigação de cenários prospectivos nos permitiu vislumbrar que sim, a Arquivística tem o arcabouço necessário para as demandas da sociedade contemporânea ante a produção de nato digitais autênticos, seguros, confiáveis e preserváveis. Todavia, ainda precisamos além de focar na formação, contemplar também a educação continuada dos arquivistas já formados há alguns anos e principalmente, passar para a sociedade, o mercado e os gestores o quão competentes podem ser os Arquivistas para estas demandas contemporâneas de garantirmos a segurança jurídica e documental.

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. CONARQ. **Resolução nº 38, de 9 de julho de 2013**. Dispõe sobre a adoção das Diretrizes do Produtor - A Elaboração e a Manutenção de Materiais Digitais: Diretrizes Para Indivíduos e Diretrizes do Preservador - A Preservação de Documentos Arquivísticos digitais: Diretrizes para Organizações.

Disponível em: <<http://www.CONARQ.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=46>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

COOK, T. Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts. **Archival Science**, v. n. 1, p.3-24, 2001. Disponível em: <<http://www.polonistyka.uj.edu.pl/documents/41623/111f093d-a2af-4fc6-8f9a-e193d85712a5/>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

DAHIS, Abraao. **É possível prever o futuro com cenários prospectivos?** 2008. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/e-possivel-prever-o-futuro-com-cenarios-prospectivos/23831/>>. Acesso em: 06 fev. 2018.

GLENN, J. C. Scenarios. In **J. C. Glenn & T. J. Gordon (Eds.)**, Futures research methodology. 2003, V, 2.0, Chap.13, pp.1-25, CD-ROM. Washington, DC: American Council for the United Nations University.

LACOMBE, Claudia; RONDINELLI, Rosely Curi. Gestão e preservação de documentos arquivísticos digitais: revisitando alguns dos conceitos que as precedem. A **Acervo**, rio de janeiro, v. 29, n. 2, p.61-73, jul./dez. 2016 – p.61-73. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/709/744>>. Acesso em: 09 mar. 2018.

MARTÍN-POZUELO, María-Paz; MORO-CABERO, Manuela; SANZ-BAENA, Cristina. **Factores clave para el futuro de la archivística**. El profesional de la información, 2011, marzo-abril, v. 20, n. 2, pp.135-141. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/28903/1/02>. Acesso em: 06 fev. 2018

MILES, I., KEENAN, M.; KAIVO-OJA, J. (2002). **Handbook of knowledge society foresight**. Dublin: Eurofound.

MILES, I.; KEENAN, M. (2003). **Overview of methods used in foresight**. Proceedings of the Technology Foresight for Organizers Training Course, Ankara, Turkey.

REIS, Dálcio Roberto dos; VICENZI, Ticiania Braga de. PUPO, Fabricio Palermo. **Técnicas de Prospecção: Um Estudo Comparativo**. RAC, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, pp.135-153, Mar./Abr. 2016. disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v20n2/1982-7849-rac-20-2-0135>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

VOUTSSÁS, Juan. La cadena de preservación en archivos digitales. In: **Archivos electrónicos: textos y contextos**. México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, (2011). (Serie Formación Archivística). Disponível em: <[http://www.interpares.org/display\\_file.cfm?doc=ip3\\_mexico\\_dissemination\\_bc\\_vout\\_sass\\_archivos-electr%C3%B3nicos\\_2011.pdf](http://www.interpares.org/display_file.cfm?doc=ip3_mexico_dissemination_bc_vout_sass_archivos-electr%C3%B3nicos_2011.pdf)>. Acesso em: 27 jul. 2017.